



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

09 de maio de 2012  
Edição 95

*Documento Interno*

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

## Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

## Índice:

### **Trabalho**

#### PROJETO DE LEI Nº130, DE 2012\_\_\_\_\_02

*Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.*

### **Micro e Pequena Empresa**

#### PROJETO DE LEI Nº136, DE 2012\_\_\_\_\_05

*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional.*

### **Micro e Pequena Empresa**

#### PROJETO DE LEI Nº3.530, DE 2008\_\_\_\_\_07

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.*

## PROJETO DE LEI Nº130, DE 2012

*Antonio Carlos Valadares*

*Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º A jornada de trabalho rural será de 40 (quarenta) horas semanais e de 8 (oito) horas diárias.*

*§ 1º Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho.*

*§ 2º Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.*

*§ 3º Nas atividades rurais extenuantes e desgastantes o horário de trabalho observará limites entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) horas semanais, na forma da regulamentação do Ministério do Trabalho e do Emprego. (NR).”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Recentemente, os trabalhadores rurais realizaram mobilização nacional para debater diversos problemas que afetam a regulamentação do trabalho rural no Brasil, estabelecendo uma pauta de reivindicações. O objetivo é tornar efetivos e eficazes os direitos no âmbito rural. Embora a Constituição Federal tenha instituído uma igualdade formal entre empregados urbanos e rurais, na prática, o contexto em que se realiza esse tipo de trabalho cria uma série de dificuldades para levar direitos e garantias mínimas aos trabalhadores da agropecuária.

Um dos problemas apontados diz respeito à jornada de trabalho. No meio rural praticamente não há controle sobre o número de horas trabalhadas, com milhares ou milhões de trabalhadores cumprindo jornadas do nascer ao pôr do sol. Esse fato é mais grave se considerarmos a exposição à natureza a que estão sujeitos esses empregados.

A situação é tão grave que, muitas vezes, é difícil separar as condições normais de trabalho daquelas classificadas como análogas à de escravo. E tudo fica ainda mais precário e degradante com a falta de sindicatos fortes e atuantes na área, que estão, muitas vezes, intimidados pela violência no campo, entregues a própria sorte, dada a ausência do Estado.

Em síntese, a questão do trabalho rural é complexa e envolve uma série de iniciativas legais, administrativas e legislativas. Nossa proposta pretende enriquecer o debate sobre o tema, instituindo normas sobre a jornada de trabalho no campo. Assim, limita-se a jornada semanal a quarenta horas, amplia-se o período de descanso interjornadas para doze horas e estabelece-se que, nas jornadas extenuantes e desgastantes, a carga horária seja de trinta a trinta e cinco horas, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões,

Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=105374](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105374)

**Data de Apresentação:** 03/05/2012

**Ementa:** Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.

**Explicação da ementa:** Altera o art. 5º da Lei nº 5.889/73 (que estatui normas reguladoras do trabalho rural), para limitar a 40 horas semanais e 8 diárias a jornada de trabalho rural, além de determinar que nas atividades rurais extenuantes e desgastantes o limite será de 30 a 35 horas semanais, de acordo com regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Indexação:** Projeto De Lei, Senado, Alteração, Acréscimo, Trabalho Rural, Jornada De Trabalho, Limitação, Hora, Semana, Dia, Intervalo, Repouso, Alimentação, Determinação, Trabalho, Fadiga, Regulamentação, (MTE).

---

## Tramitação:

### 03/05/2012 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.*

### 03/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*

*A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.*

*Publicação em 04/05/2012 no DSF Página(s): 15504 - 15505*

### 04/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

*Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.*

### 07/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA:*

*primeiro dia: 07/05/2012*

*último dia: 11/05/2012.*

## PROJETO DE LEI Nº136, DE 2012

*Casildo Maldaner*

*Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 1 da alínea “b” do inciso X do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 17. ....  
X–.....  
b).....  
1 – alcoólicas, exceto cervejas e vinhos;  
.....(NR)”

Art. 2º Fica revogado o item 4 da alínea “b” do inciso X do art.17 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

### Justificativa:

O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, também conhecido como Supersimples, criado pela Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, compõe, sob o aspecto tributário, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, conforme previsão do art. 146, III, d, da Constituição Federal.

Nesse novo regime, as MPEs, definidas como empresas que auferam receita anual bruta inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), beneficiam-se de significativa simplificação burocrática e da diminuição da carga tributária sobre elas incidente. No entanto, algumas atividades, tais como a produção de cerveja e vinho, foram, injustificadamente, impedidas de aderir ao Supersimples.

Estados como o Rio Grande do Sul, por exemplo, chegaram a permitir, em sua legislação, o enquadramento das microcervejarias no “Simples Estadual”. Mas a vedação expressa às pequenas empresas produtoras de bebidas alcoólicas de figurarem como beneficiárias do Simples Nacional retirou a competitividade, quando não a viabilidade, dessa forma de empreendedorismo, que gera inúmeros empregos e tanto impulsiona economias regionais, mormente no Sul do País.

Se, ao abrigo dos incentivos fiscais, já é difícil para o pequeno produtor de cerveja competir com a grande indústria e com o produto importado, o que dizer da situação em vigor, que praticamente elimina do mercado a microindústria fabricante da bebida.

Não entramos no mérito das políticas públicas que visam controlar a disseminação de bebidas alcoólicas em geral, especialmente entre os jovens. O Governo, obviamente, é livre para implementá-las, inclusive sob a forma de desestímulo fiscal à sua produção. Convenhamos, entretanto, que não é o pequeno produtor de cerveja ou de vinho, muitas vezes concebidos de forma artesanal, o grande responsável pelas mazelas associadas ao consumo excessivo e doentio do álcool. Esse produtor, reafirmamos, é, antes de tudo, um importante gerador de emprego e renda.

Em vista do exposto, oferecemos aos ilustres Pares o presente projeto de lei complementar, contando com o esforço e a boa vontade da Casa em aprová-lo, para o bem do pequeno empreendedorismo regional. Apenas ressaltamos, por último, que propusemos também a revogação do dispositivo que vedava a inclusão no Simples Nacional das micro e pequenas empresas produtoras de cervejas sem álcool. Dessa forma, a proposição ganha em coerência e fica tecnicamente mais adequada.

Quanto aos aspectos concernentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia tributária poderá ser compensada pelo excesso tributário gerado em exercícios anteriores, apurado pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Sala das Sessões,

Senador CASILDO MALDANER

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=105366](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105366)

**Data de Apresentação:** 03/05/2012

**Ementa:** Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional.

**Explicação da ementa:** Altera a Lei Complementar nº 123/06 para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional; revoga o dispositivo que veda a inclusão no Simples Nacional das micro e pequenas empresas produtoras de cervejas sem álcool.

**Indexação:** Projeto De Lei Complementar, Senado, Alteração, Lei Geral Das Micro E Pequenas Empresas, Estatuto Nacional Da Microempresa E Da Empresa De Pequeno Porte, Inclusão, Microempresa, Pequena Empresa, Vinho, Vitivinicultura, Cerveja, Produção, Produtor, (Simples), Impostos, Tributos, Revogação.

---

## Tramitação:

**03/05/2012** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 6 (seis) folhas numeradas e rubricadas.*

**03/05/2012** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Ação: Leitura.*

*À Comissão de Assuntos Econômicos.*

*Publicação em 04/05/2012 no DSF Página(s): 15527 - 15529 ( Ver Diário )*

**04/05/2012** - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.*

*Matéria aguardando distribuição.*



## PROJETO DE LEI Nº3.530, DE 2008

*Mendonça Prado - DEM /SE*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes de produtos químicos, de produtos de limpeza, em geral, e de medicamentos, ficam proibidos de comercializá-los de forma diferente daquela que garante o armazenamento do seu produto em recipientes que sejam fechados com tampas especiais de segurança.

Art. 2º As referidas tampas, cuja embalagem contenha produtos químicos, de limpeza ou quaisquer outros de uso doméstico, devem conter um mecanismo especial que dificulte sua abertura já que, se ingeridos, podem provocar graves danos à saúde.

Art. 3º As embalagens referidas nos parágrafos acima devem ser à prova de crianças e de pessoas que possuam debilidade ou incapacidade mental que não lhe garanta o discernimento para dirimir sobre a nocividade do produto contido nesses recipientes.

Art. 4º Cabe ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade – INMETRO determinar as especificações técnicas que as embalagens em questão devem seguir, visando proporcionar o máximo de segurança e complexidade na abertura dos referidos produtos.

Parágrafo único. O INMETRO terá o prazo de 6 (seis) meses para regulamentar as especificações técnicas que os fabricantes deverão seguir na fabricação de seus produtos.

Art. 5º Considera-se empresa ou fabricante a pessoa jurídica que, legalmente registradas, produza os produtos químicos, produtos de limpeza e medicamentos nesta mencionados.

Art. 6º O fabricante que não se adaptar à presente norma terá sua licença de funcionamento caçada.

Art. 7º Além das sanções acima dispostas, os fabricantes também serão responsabilizados penal e civilmente pelos danos causados à pessoa que ingerir um produto que esteja fora dos padrões determinados pelo INMETRO.

Art. 8º A partir da publicação da presente lei revogam-se quaisquer disposições em contrário.

Art. 9º A presente lei entrará em vigor à partir da data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Substâncias nocivas à saúde são embaladas sem a menor preocupação com a segurança. Crianças e pessoas incapazes mentais acabam por ingerir o seu conteúdo indiscriminadamente, sem a mínima noção de que podem estar correndo grande risco de morte. Com o intuito de abolir a ocorrência desse tipo de acidente doméstico é que o presente projeto de lei vem a ser apresentado.

Essa preocupação, apesar de muitos apenas a ignorarem, aumenta a cada dia, e, mesmo com inúmeros regulamentos e normas versando sobre o tema, os produtores colocam à venda esse tipo de produto sem ter a devida atenção. Comercializa sem qualquer preocupação e prudência colocando em risco a integridade física de mais e mais cidadãos.

Atenção maior deve ser despendida ao incapaz, nos termos da legislação brasileira, seja ele um indivíduo com incapacidade civil, seja ele um indivíduo com incapacidade mental.

As crianças são as principais vítimas fatais desse acidente tão comum. São elas que, enquanto desbravam os enigmas desse mundo novo do qual começam a fazer parte, acabam por ingerir um produto que salta aos olhos por ser de cor diferente, ter odor diferente e etc.

Como não ser atraído por tamanha novidade? Como resistir a algo novo que está à sua frente, tangível, pronto para ser explorado?

Ela não tem formação mental suficiente para saber que aquilo, apesar de tantos atrativos, pode lhe fazer muito mal. Não pode dirimir e não tem o conhecimento suficiente para saber que aquele líquido cheiroso, aquela bolinha colorida, não lhe trará nenhum benefício e nem saciará sua vontade. Sendo assim, devemos primar pela integridade de nossas crianças e, também, de nossos doentes mentais.

Para tanto, a presente lei versará sobre a obrigatoriedade da adoção dessas medidas e também sobre a punição, seja penal ou civil, que será cominada aos produtores que desrespeitarem o que venha a ser aprovado e convertido em Lei. Assim, a impunidade será combatida e, em contrapartida, diminuiremos os índices de acidentes domésticos envolvendo incapazes e os produtos nocivos.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=398967](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=398967)

**Data de Apresentação:** 10/06/2008

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.

**Indexação:** Obrigatoriedade, fabricante, produto químico, produto de limpeza, medicamento, acondicionamento, produto, segurança, criança, pessoa portadora de deficiência, deficiente mental, (Inmetro), especificação, normas técnicas, embalagem, penalidade, infrator, cassação, licença, funcionamento, responsabilidade penal, reponsabilidade civil, danos, vítima.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de Tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**10/06/2008** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Mendonça Prado (DEM-SE).*

**13/06/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**13/06/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**17/06/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 18 06 08 PAG 27413 COL 02.*

**18/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Recebimento pela CDC.*

**18/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)*

**19/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 20/06/2008)*

**03/07/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**06/11/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDC, pelo Dep. Fernando de Fabinho*

**06/11/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA), pela aprovação deste.*

**03/12/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**03/12/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Devolvido ao Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)*

**17/03/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI)*

**13/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**13/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2008 da CDC, com substitutivo.*

**14/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 15/05/2009)*

**27/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**03/06/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**05/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Vista conjunta aos Deputados Dr. Nechar e Julio Semeghini*

**11/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo de Vista Encerrado*

**19/08/2009** Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**21/08/2009** Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Devolvido ao Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI)*

**14/10/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Discutiram a Matéria: Dep. Ana Arraes (PSB-PE) e Dep. Celso Russomanno (PP-SP).*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer com Complementação de Voto, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2008 da CDC, com substitutivo*

**25/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**25/11/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**25/11/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**30/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor publicado no DCD de 01/12/09, Letra A.*

**08/12/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Jairo Carneiro (PP-BA)*

**09/12/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/12/2009)*

**03/02/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**06/04/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Devolvida sem Manifestação.*

**14/04/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Uldurico Pinto (PHS-BA)*

**28/01/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Devolvida sem Manifestação.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**03/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 50/2011, pelo Dep. Mendonça Prado, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**15/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-50/2011.*

**16/03/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)*

**18/03/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2011)*

**05/04/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**14/07/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ).*

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), pela rejeição deste, e da Emenda 1/2008 da CDC.*

*Devolvido ao Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)*

**02/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ).*

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), pela rejeição deste, da Emenda nº 1/2008, apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, e da Emenda nº 1/2011, apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.*

**10/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Retirado de pauta de Ofício.*

**17/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Retirado de pauta de Ofício.*

*Designado Relator Substituto, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE)*

**15/12/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDEIC, pelo Deputado José Augusto Maia (PTB-PE).*

*Parecer do Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE), pela rejeição deste, da Emenda 1/2008 apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, da Emenda 1/2011 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e do Substitutivo apresentado na Comissão de Defesa do Consumidor.*

**14/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**21/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**28/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**18/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Discutiram a Matéria: Dep. João Maia (PR-RN) e Dep. José Augusto Maia (PTB-PE).*

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**19/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC.*

**19/04/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**20/04/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Recebido o Of. n. 77/2012-CDEIC, comunicando que o PL n. 3.30/2008 recebeu pareceres divergentes na CDEIC e na CDC.*

**08/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 3.530/2008, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do RICD. Publique-se. Oficie-se.*